

Das pesquisas sobre a Inquisição e os cristãos-novos no Brasil ao Museu da Tolerância da Universidade de São Paulo

Entrevista com Anita Novinsky

Anita Waingort Novinsky é de naturalidade polonesa e nacionalidade brasileira, tendo chegado ao Brasil, com sua família, quando tinha pouco mais de um ano de idade. É graduada em Filosofia, mestre em Psicologia, doutora em História Social e livre-docente em História e Ciências Humanas, pela Universidade de São Paulo. Anita Novinsky é considerada uma das maiores especialistas mundiais em Inquisição Portuguesa e uma pioneira no estudo dos cristãos-novos no Brasil. Especializou-se na França em História das Mentalidades e concentrou seus estudos sobre Inquisição e Cristãos-Novos, em Portugal e no Brasil. Foi professora visitante na *École des Hautes Études em Sciences Sociales e Sciences Religieuses* (Paris, França) e nas universidades norte-americanas Brown, Rutgers-New Brunswick e Austin (Texas). Atualmente dirige uma equipe de pesquisadores na Universidade de São Paulo que trabalha sobre Inquisição, Marranismo e Nazismo. Foi fundadora e Presidente do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância (LEI) da Universidade de São Paulo, recentemente extinto, e é presidente do Conselho Administrativo da Associação Museu da Tolerância de São Paulo, a ser construído na Universidade de São Paulo. Foi coordenadora principal do *Projeto Intolerância/Tolerância–Democracia e Cidadania*, do Programa Institutos do Milênio – CNPq. Publicou oito obras sobre o tema da Inquisição, entre as quais o clássico *Cristãos Novos na Bahia* (Perspectiva, 1972, 2ª edição 1992), *A Inquisição* (Brasiliense, 1994; 11ª ed., Brasiliense, 2007), *Inquisição – Prisioneiros do Brasil* (Expressão e Cultura, 2002; 2ª ed., Perspectiva, 2009), *Machado de Assis, os Judeus e a Redenção do Mundo* (Humanitas, 2009) e mais de 80 artigos em revistas especializadas, no Brasil e no exterior, além de vários capítulos em livros. Esta entrevista foi realizada em Porto Alegre, durante o Colóquio “*Jornada de Estudos ‘Cristãos-Novos e Inquisição na América Meridional’*” (03-05/maio/2011), por Anita Brumer e Marcia Dreizik. A edição foi feita por Marcia Dreizik.

WebMosaica: Prezada Professora, para nós, da WebMosaica, é um prazer e uma honra fazer esta entrevista que, temos certeza, será acompanhada com muita atenção por nossos leitores. Queremos começar perguntando onde você nasceu, como chegou ao Brasil, em suma, pedimos para contar um pouco de sua história e de sua chegada ao Brasil.

Anita Novinsky: Nasci na Polônia, em uma pequena aldeia, um *shetel*, distante cerca de duas horas de Cracóvia. Com um ano e meio, vim para o Brasil, com meus pais e minha irmã, e aqui fui criada. Cresci no Brasil e muito de minha personalidade é bem brasileira.

WebMosaica: Como foi sua educação em relação ao judaísmo?

Anita Novinsky: Fui educada em colégio não judaico. Cursei o antigo ginásio no

Mackenzie College e todo meu curso superior na Universidade de São Paulo. Foi minha mãe quem me ensinou a ter muito amor pelo judaísmo, pois ela veio de um *shtetl* (Stachow, Polônia) e pertencia a uma família extremamente ortodoxa. Em nossa casa, em São Paulo, festejávamos os *yontev* (dias sagrados judaicos, em ídiche) e o *Shabat*; e toda alimentação era *kashrut* (normas dietéticas judaicas). De meu pai, que era de Kielce (Polônia), herdei o sionismo, pois ele foi um fervoroso sionista e fundou o partido sionista em São Paulo, junto com Maurício Blaustein e Bidlovsky.

WebMosaica: E seu marido, também veio da Polônia?

Anita Novinsky: Casei com um brasileiro filho de russos, de Odessa. Meu marido, Mauricio Novinsky, foi engenheiro formado na Universidade de São Paulo, e diretor superintendente da multinacional de autopeças, Cobrasma Braseixos. Fez sua especialização nos Estados Unidos e foi um dos especialistas introdutores da indústria automobilística no Brasil. Era uma inteligência brilhante e tinha um íntegro caráter. Sua morte partiu a minha vida e hoje o sentido que me ficou é o trabalho.

WebMosaica: E alguns familiares seus ficaram na Europa?

Anita Novinsky: Meus avós maternos e paternos e todas as crianças morreram em câmara de gás. Meu pai quis trazê-los para o Brasil, mas ficou muito tarde. Conseguiu salvar apenas minha mãe, as filhas e alguns parentes. Dos que ficaram na Polônia, depois de 1941, nunca mais tivemos notícias.

Eu voltei três vezes à Polônia, quando meu marido foi convidado para visitar algumas indústrias. A embaixada no Brasil avisou que eu era polonesa, e então fui recebida como a “escritora polonesa no exílio” e rodeada de atenções. Visitei a Universida-

de, onde fiz algumas conferências, dei entrevistas e tive oportunidade de conhecer Yeremeck Bronislaw, famoso historiador que, nessa ocasião, se não me falha a memória, era Reitor ou diretor da Universidade de Varsóvia, e do qual ouvi que era neto de judeu. Conheci também o professor Witold Tyloch, especialista em aramaico, que me contou que aprendeu hebraico com o avô judeu. O livro de Tyloch, *A Vida Social dos Essênios*, foi publicado pela editora Perspectiva.

WebMosaica: Como você iniciou sua formação universitária?

Anita Novinsky: Entrei na USP com 18 anos, e depois do excelente curso pré-universitário, cursei Filosofia. Fiz especialização em Psicologia e doutorado em História. Continuo na Universidade de São Paulo até hoje.

WebMosaica: Começar pelo curso de Filosofia não atrasou seu interesse pela História?

Anita Novinsky: A Filosofia teve muita importância na minha formação e me valeu mais do que se eu tivesse cursado História. A Filosofia me deu base para eu poder interpretar a História. Acho que os alunos saem da Faculdade com pouca cultura e muita dificuldade para interpretar os documentos. Para ser historiador, você tem que ter imaginação e criatividade, e é a filosofia que desenvolve essas habilidades. Agora dou cursos em nível de pós-graduação e sou presidente do Museu da Tolerância de São Paulo, cujo projeto arquitetônico acabou de receber o prêmio em Londres. Sua construção deverá começar em breve.

WebMosaica: Como surgiu seu interesse pelo estudo dos marranos/cristãos-novos e da Inquisição?

Anita Novinsky: Foi na USP que ouvi pela

primeira vez falar em cristãos-novos, por um professor de filosofia, que não era judeu, mas que dizia que era descendente de cristãos-novos, João Cruz Costa. Eu estava na sala de aula e ele me perguntou se eu conhecia Alexandre Herculano, Joaquim Mendes dos Remédios e Lucio de Azevedo. Eu nunca tinha ouvido falar deles. Então, ele me sugeriu uma bibliografia e me transmitiu uma missão: estudar história dos cristãos-novos no Brasil, que era praticamente desconhecida até então. Comecei a ler sobre o assunto quando Lourival Gomes Machado, meu professor de Sociologia, me convidou para trabalhar com ele. Dele me lembro uma frase que repito até hoje a todos os meus alunos: *enquanto não estudarmos a história dos cristãos-novos, não poderemos escrever a história do Brasil*. Lourival Gomes Machado foi um verdadeiro profeta, porque naquela época existiam raros estudos sobre os cristãos-novos. Paulo Prado, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia publicaram na década de 1940 alguns documentos importantes sobre a chegada da Inquisição ao Brasil. Adolfo de Varnhagen, já no século XIX, também publicou uma lista de nomes de cristãos-novos (“Excertos de várias listas de condenados pela Inquisição de Lisboa, desde o ano de 1711 ao de 1767, compreendendo brasileiros, ou colonos estabelecidos no Brasil”, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo VII, 1931), mas passaram-se mais de vinte anos sem que os historiadores falassem ou escrevessem exaustivamente sobre o assunto.

Meus professores, principalmente Eurípedes Simões de Paula, perceberam a importância desta temática e me estimularam muito. No ano de 1965, ganhei uma Bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal, e trabalhei durante um ano, principalmente nos arquivos da Torre do Tombo (hoje Instituto dos Arquivos Nacionais, Torre do Tombo), em Lisboa, onde se encontra o maior acervo

de documentos sobre a Inquisição no Brasil.

Vasculhei muitos arquivos portugueses e encontrei numerosos documentos, totalmente desconhecidos, sobre a ação do tribunal no Brasil. Durante trinta anos viajei para a Europa anualmente, pesquisando em Amsterdã e Londres e intercalando com cursos em Paris, onde fui aluna de Leon Poliakov, que me convidou para ser *chercheur confirmé* da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Fui também aluna do famoso Robert Mandrou (professor na Universidade Paris X – Nanterre), com quem me especializei em História das Mentalidades. Durante minha permanência em Paris assisti ainda a cursos de grandes mestres, Michel Foucault, Julia Kristeva, Lacan, Levi Strauss, etc.

WebMosaica: Seu doutorado foi feito no Brasil?

Anita Novinsky: Sim, meu doutoramento foi, principalmente, orientado por Sergio Buarque de Holanda e resultou no livro *“Cristãos-novos na Bahia”* (Editora Perspectiva, 1972, 2ª edição de 1992). Esse foi o segundo livro que produzi, baseado somente em manuscritos. O primeiro foi a tradução e historiografia crítica de uma obra pioneira sobre os cristãos-novos; *História dos Judeus em Portugal*, de autoria de um rabino húngaro, Meyer Kayserling.

Sabe-se que após a conversão forçada dos judeus de Portugal ao Catolicismo, em 1497, os então denominados cristãos-novos eram sempre suspeitos de manter sua crença na Lei de Moisés e praticar secretamente o Judaísmo. Os descendentes dos convertidos sofreram restrições em seus direitos econômicos, políticos e sociais. Eram considerados “impuros de sangue”, o que justificava, aos olhos dos portugueses cristãos velhos, as acusações e as penas que lhes foram impostas. Para os cristãos-novos foi instituído um Tribunal específico, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, com o obje-

tivo de vigiar e punir a prática da religião e as tradições judaicas. Os cristãos-novos foram alvo de um ódio sem precedentes na história, até então.

A esperança de que poderiam viver no Brasil com mais liberdade, longe do Tribunal da Inquisição, levou os cristãos-novos a imigrar em massa. A viagem era mais fácil do que para a Europa. Mas a Inquisição também estendeu suas atividades para o Novo Mundo.

WebMosaica: Quando a Inquisição veio para o Brasil?

Anita Novinsky: A Inquisição portuguesa enviou seus primeiros agentes no século XVI. Foram presas e levadas para Portugal famílias ligadas à governança, agricultores, mercadores de açúcar. Foi também preso o primeiro poeta do Brasil, o cristão-novo Bento Teixeira, que morreu no cárcere, em Lisboa.

WebMosaica: O Tribunal da Inquisição atuou no Brasil?

Anita Novinsky: A Inquisição atuou no Brasil durante quase três séculos. Penitenciou 1.076 brasileiros de praticamente todas as regiões, mas principalmente do Rio de Janeiro.

WebMosaica: Houve autos-de-fé no Brasil?

Anita Novinsky: Os documentos referem-se a um Auto de Fé em Olinda, mas temos poucas informações sobre esse Auto. Todos os réus acusados de crime contra a fé (Judaísmo) eram levados para Portugal. Os crimes de comportamento (sexuais, blasfêmias) eram punidos no Brasil e as sentenças eram leves. Só os brasileiros cristãos-novos tiveram pena de morte.

WebMosaica: Queremos saber sobre seu primeiro trabalho sobre os cristãos-novos na Bahia,

o que você foi descobrindo? Houve algum propósito especial para escolher a Bahia?

Anita Novinsky: Escolhi a Bahia porque, sendo capital do Brasil, a documentação era mais numerosa. Quando vi, pela primeira vez, a quantidade de documentos referentes aos judeus, fiquei admirada que nunca tivessem sido pesquisados. Enquanto eu me encontrava em Portugal, enviei notícias sobre meus achados ao Prof. Leon Feldman, consultor da *Memorial Foundation for Jewish Culture*, nos Estados Unidos. Ele ficou muito curioso e interessado e a Memorial resolveu me dar um subsídio, para copiar esses documentos em microfimes. Enviei também a notícia sobre esse enorme acervo sobre os judeus para Israel e doei cerca de vinte mil cópias de manuscritos para o *National Jewish Historical Archives*, de Israel. Pesquisando durante tantos anos, cheguei a uma conclusão: “foram os judeus que construíram o Brasil”. Hoje posso afirmar isso, com certeza, pois os judeus atuaram em todos os planos, social, econômico, político e cultural. Não houve atividade, ocupação ou profissão na qual os cristãos-novos não estivessem envolvidos.

Alguns anos após o descobrimento do Brasil, em 1532, na capitania hereditária de São Vicente, doada a Martin Afonso de Souza, já se praticava o Judaísmo. Seu capitão mor, Jerônimo Leitão, era casado com uma cristã-nova, Inês Mendes, pertencente a uma família cripto-judia, extremamente ortodoxa.

De acordo com minhas pesquisas, pode-se concluir que a maioria da população portuguesa, cristã-nova, que veio para o Brasil ou que aqui nasceu, pertencia à classe média. Havia também cristãos-novos muito pobres, que chegavam sem nada. Mesmo os que eram ricos, quando saíam do cárcere, a Inquisição já havia confiscado tudo que possuíam. Quando chegavam ao Brasil, completamente des-

providos de pertences e de dinheiro, sempre encontravam algum vizinho da mesma aldeia ou parente que os ajudavam. Os cristãos-novos amparavam uns aos outros e abrigavam os recém-chegados.

Os cristãos-novos mais abastados, proprietários, cediam um pedaço de terra para os imigrantes trabalharem no plantio da cana de açúcar e estes lhes pagavam com a metade da safra, sendo a outra parte sua. Com os lucros, compravam mais uma terrinha e, com o tempo, também se tornavam proprietários. Alguns cristãos-novos chegavam a possuir quatro ou cinco engenhos e alguns se tornaram grandes magnatas.

WebMosaica: Havia muitos cristãos-novos na Bahia?

Anita Novinsky: A Bahia foi um centro de Judaísmo e tinha, no século XVII, uma numerosa população judaica. Alguns cristãos-novos estavam relacionados com pessoas do governo, como por exemplo, a família de Heitor Antunes. As filhas da Ana Rodrigues, esposa de Heitor Antunes, eram casadas com homens de prestígio e notáveis da Bahia. As filhas e a neta de Ana Rodrigues, Ana Alcoforado, foram presas e processadas pela Inquisição. Ana Rodrigues, com 82 anos, foi levada para os cárceres da Inquisição e condenada a morrer na fogueira. Felizmente morreu no cárcere.

Quando Salvador era a capital do Brasil, Tomé de Souza, primeiro governador-geral, que chegou em 1549, entregava, durante sua ausência, o governo a Felipe de Guillén, cristão-novo, homem de sua estrita confiança. No *Dicionário dos Bandeirantes*, Felipe de Guillén consta como o primeiro a realizar uma entrada pelo sertão, com a finalidade de expandir o território. Essas bandeiras eram financiadas pelos cofres públicos e com o apoio do governo colonial, em nome da Coroa de Portugal. Felipe de Guillén foi denunciado na Bahia,

em 1591, por trazer o desenho de uma cruz na sola de seu sapato. Esse é o primórdio do Judaísmo no Brasil.

WebMosaica: Todos os acusados pelo Tribunal do Santo Ofício como judaizantes eram realmente judeus?

Anita Novinsky: Existe sempre a dúvida sobre o que os cristãos-novos confessavam. Há processos que relatam forte apego dos cristãos-novos ao Judaísmo, mas sempre pairam incertezas sobre a veracidade das confissões. O Tribunal do Santo Ofício era um foco de corrupção e por dinheiro fazia qualquer compromisso. A Inquisição considerava o indivíduo culpado até provar sua inocência, o contrário do que ocorria em outros tribunais civis.

WebMosaica: Como poderia se salvar dizendo que praticava o que era considerado como heresia?

Anita Novinsky: É exatamente esse o sistema inquisitorial: o sujeito só se salvava se assumisse que era criminoso. O réu não sabia quem o havia acusado, nem qual o delito que tinha praticado. Tinha de adivinhar. Desnortado, acusava pai, mãe, a família. No Brasil não havia sinagoga, nem escolas judaicas, portanto, a religião era praticada em casa, em segredo, com os familiares e amigos.

WebMosaica: Então como podemos saber quantos judeus havia entre os acusados pela Inquisição?

Anita Novinsky: Nos Arquivos da Inquisição, em Lisboa, restam cerca de 39 a 40 mil processos, a maioria de judaizantes. Podemos acreditar que indivíduos confessavam a verdade só se nos apoiarmos em outras evidências que comprovem a prática de Judaísmo. Às vezes, os cristãos-novos são

inocentes e assumem a culpa só para não serem queimados vivos. Durante a pesquisa, o historiador deve procurar outros processos da família cuja denúncia coincida com a do réu. Se confessar que pecou há 40 anos, é preciso voltar ao processo da família há 40 anos, para saber se diz a verdade. Uma grande parte de cristãos-novos acusados de Judaísmo morreu inocente. Podiam ser maus cristãos (não seguir a religião católica e não acreditar em seus dogmas), mas não arriscavam a prática do Judaísmo. Há muita documentação para provar que os cristãos-novos morriam inocentes. O Padre Antonio Vieira defendeu a tese de que, muitas vezes, cristãos-novos portugueses morriam sem culpa. Isso não quer dizer que não houve grande número de cristãos-novos, fiéis judeus.

O pesquisador precisa ser muito cuidadoso para não confundir os culpados e inocentes. Os nomes dos cristãos-novos também contribuem para essa confusão, pois, na época, havia muitos homônimos. Um exemplo é o de Manuel Nunes Viana, que foi nomeado Rei dos Emboabas em Minas Gerais. Empreendeu uma guerra sangrenta contra paulistas e portugueses e ele consta nos documentos como cristão-novo, que aprendeu as orações judaicas com o cristão-novo, Miguel de Mendonça Valladolid. Será o Rei dos Emboabas o mesmo a quem Valladolid ensinava o Judaísmo? Poderia haver dois homens com o mesmo nome, na mesma cidade? O que confirmou Manoel Nunes Viana ser cristão-novo foram outros fatos paralelos que encontrei, fazendo a mesma afirmação.

WebMosaica: A Inquisição prendia somente os suspeitos de serem judaizantes, de praticar judaísmo?

Anita Novinsky: No Brasil, não foram presos apenas judaizantes. A população era muito heterogênea e havia desvios de comportamentos que a

Igreja condenava. Foram presos blasfemos, feiticeiros, bigamos, sodomitas etc.

Nas minhas pesquisas, descobri que os jesuítas eram os agentes da Inquisição no Brasil. Prendiam os cristãos-novos suspeitos de Judaísmo e os mandavam para Portugal. Toda a correspondência dos Inquisidores para o Brasil era enviada ou para o Reitor ou para o Provincial do Colégio da Companhia de Jesus. Pensou-se, durante muito tempo, que os jesuítas eram inimigos da Inquisição em Portugal, mas as cartas dos Inquisidores, enviadas ao Brasil, orientavam os jesuítas sobre quem deveria ser preso e quais pessoas deveriam ser investigadas. Isso muda, completamente, a história dos jesuítas. Houve irmãos da Companhia inimigos dos judeus, mas havia muitos cristãos-novos na Companhia de Jesus, tais como Juan Afonso Polanco e Lainés, secretários de Loyola. A Companhia de Jesus era uma ordem racista, só aceitava “puros de sangue”, que não fossem mulatos, negros, judeus, árabes, ciganos ou índios. Era tão preconceituosa que para fazer parte da Ordem, o candidato tinha de ser fisicamente perfeito, sem nenhum defeito, inteligente e até bonito. Aos portadores de alguma deficiência física, era vetada a entrada na Companhia de Jesus.

WebMosaica: Semelhantes aos nazistas?

Anita Novinsky: Um fenômeno que descobri recentemente sobre a Guerra contra as Missões foi que não se limitou a uma guerra apenas de interesses econômicos, conforme a historiografia clássica, mas havia muita motivação ideológica nela envolvida. Os Jesuítas espanhóis, os Provinciais das Missões, eram Comissários da Inquisição de Lima, encarregados de prender e punir os bandeirantes paulistas e entregá-los à Inquisição. Isso esclarece o ódio dos paulistas que destruíam suas igrejas, imagens santas e os matavam. A historio-

grafia brasileira considera os paulistas interessados apenas na captura de índios das Reduções. Antonio Raposo Tavares, por exemplo, foi perseguido para ser entregue à Inquisição. Bandeirante paulista, expandiu as fronteiras brasileiras. Até há poucos anos, não sabíamos que era cristão-novo e que até os 18 anos viveu em Portugal, numa casa de fervorosos judeus.

Jaime Cortesão, seu melhor biógrafo, conta muito bem sua história, apesar de não saber que Raposo era judeu. Hoje sabemos que muitos bandeirantes eram judeus. Não matavam os jesuítas só para tirar-lhes os índios, mas também para vingar-se dos antissemitas e representantes da Inquisição. Com base nessas informações, começa-se a ampliar a história do Brasil. Os novos estudos sobre os cristãos-novos mudam muito as tradicionais interpretações. Os jesuítas também tinham interesses econômicos nos índios, pois os faziam trabalhar nas suas plantações. O melhor testemunho para essa história são as *Cartas Anuas*, que os jesuítas enviavam para Portugal, nas quais acusavam e injuriavam os paulistas, chamando-os de judeus, maus cristãos, infiéis e traidores. A história do Brasil ampliou-se, mas ainda há muito a ser esclarecido, muita pesquisa a se fazer e muita coisa para se mudar. É necessário fazer uma revisão da história do Brasil sob a luz dessas novas pesquisas.

WebMosaica: Foi você quem começou o estudo sobre a Inquisição e os cristãos novos na USP?

Anita Novinsky: Sim, eu introduzi os estudos inquisitoriais na USP, em 1969, no Centro de Estudos Judaicos, que ajudei a fundar. Depois de 1970, passei a lecionar sobre os cristãos-novos e a Inquisição, no Departamento de História. O que é importante lembrar é que a USP foi a primeira universidade laica do mundo em que se ensinou sobre a Inquisição.

WebMosaica: E agora a USP ainda oferece esta disciplina?

Anita Novinsky: Eu me aposentei e, lamentavelmente, não sei de professor que ministre essa matéria. Na Europa, Estados Unidos e Israel a matéria sobre cristãos-novos, marranos ou sefaraditas já faz parte dos programas universitários.

WebMosaica: Você recebeu algum auxílio para suas viagens?

Anita Novinsky: Sim, recebi muitas bolsas de estudo, mas também usei recursos próprios. Microfilmei milhares de documentos que estão sendo passados para DVD e que vão pertencer ao Departamento de Pesquisa e Documentação do futuro Museu da Tolerância da Universidade de São Paulo. Baseados nesses documentos foram feitos diversos estudos importantes, alguns já publicados, outros o serão em breve. O meu acervo, constituído de cópias de documentos sobre a Inquisição e cristãos-novos, até recentemente, era o maior encontrado fora de Portugal, mas hoje, muitos desses documentos já podem ser consultados na internet.

WebMosaica: Você continua viajando a Portugal?

Anita Novinsky: Tenho voltado a Portugal, mas muito menos que no passado. Atualmente, encaminho meus alunos para pesquisar nos arquivos portugueses. Um de meus alunos fez uma tese sobre o antissemitismo na Companhia de Jesus; e outro estudante trabalha sobre uma família cristã-nova, os Colassa, que foi perseguida durante 300 anos por culpas de Judaísmo. Ambos receberam bolsa de estudos que lhes permitiram passar um tempo em Portugal.

WebMosaica: Que outros projetos estão em andamento?

Anita Novinsky: Depois do 11 de setembro

de 2001, comecei a pensar que precisávamos trabalhar mais voltados para o mundo, para a sociedade. Em 2002, resolvi criar, no Departamento de História da Universidade de São Paulo, o Laboratório de Estudos sobre Intolerância - LEI. Os pesquisadores do Laboratório trabalham sobre História Colonial e também sobre as épocas Moderna e Contemporânea. Infelizmente, depois de nove anos de trabalho, fui obrigada a dissolver o Laboratório por razões políticas. Certos colegas queriam transformar o Laboratório em uma arena política, fazendo propaganda de seus partidos e de suas ideias. Quando essas ideias se tornaram francamente antijudaicas, vi-me obrigada a fechar o LEI. Os pesquisadores do extinto Laboratório de Estudos sobre Intolerância passarão a fazer parte do Departamento de Pesquisa e Documentação que criei no Museu da Tolerância. Esse novo Departamento será exclusivamente dedicado à pesquisa e será apolítico a apartidário.

O LEI também tinha um acervo documental e uma biblioteca, especializados nos temas da intolerância étnica, política e religiosa, direitos humanos, racismo, diversidade cultural, holocausto, antissemitismo, discriminação, perseguição de minorias, inquisição, dentre outros assuntos. Espero que ele passe a pertencer ao Museu da Tolerância.

O objetivo do Museu da Tolerância de São Paulo é mostrar a todos os brasileiros crimes cometidos contra a humanidade. Tanto o antigo como o atual Reitor da Universidade de São Paulo cederam o terreno e deram o maior apoio. Quando fizemos o concurso arquitetônico, a B'nai B'rith de São Paulo foi uma grande colaboradora.

O Museu da Tolerância de São Paulo será um lugar de estudo e de reflexão. Espero que ajude que a tolerância, a solidariedade e a paz se sobreponham à violência, à intolerância e ao fanatismo, que estão crescendo no mundo.

WebMosaica: E para os estudantes das faculdades do Rio Grande do Sul, existem projetos possíveis de pesquisa sobre a Inquisição?

Anita Novinsky: Acho que devemos fazer um projeto de pesquisa sobre cristãos-novos e Inquisição no Rio grande do Sul e a região do Prata. O Tribunal da Inquisição foi estabelecido no Peru, em Cartagena e no México. Perseguiu e prendeu numerosos cristãos-novos, mas até hoje, conhecemos pouco sobre essa história. Apesar de já sabermos o papel que os descendentes de judeus representaram na construção do Brasil, a sua história na América ainda se encontra no começo.